



ISSN: 1984-6266

Nível da transparência pública e as características socioeconômicas dos municípios brasileiros

Michelle Aparecida Vieira

UFU – Universidade Federal de Uberlândia
michellevieiracco@gmail.com

Lucimar Antônio Cabral de Ávila

UFU – Universidade Federal de Uberlândia
lcavila@ufu.br

Recebimento:

10/02/2020

Aprovação:

04/06/2020

**Editor responsável pela
aprovação do artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

**Editor responsável pela edição do
artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial,
pode ser feita desde que citada a fonte.

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar qual a relação entre as características socioeconômicas e o nível de transparência pública praticada pelos municípios brasileiros. Compreender como se dá essa relação é importante para identificar os motivos que fazem com que alguns municípios sejam mais transparentes do que outros, mesmo subordinados a uma legislação de âmbito nacional. Posto isso, utilizou-se a técnica de Análise de Clusters para identificar se agrupamentos de municípios formados a partir de suas características socioeconômicas se diferenciam quanto ao nível de Transparência Pública. Os resultados apontaram para a existência de 3 estruturas socioeconômicas (*clusters*), as quais se diferenciam conforme o desempenho médio dos indicadores utilizados para a aglutinação. Confirmou-se, pelo teste Qui-Quadrado que existe relação de dependência entre as condições sociais, econômicas e fiscais e o nível de transparência da gestão pública municipal, exceto para os municípios da região Norte, o que sugere a existência de outros fatores não incluídos neste estudo.

Palavras-chave: Características Socioeconômicas. Transparência Pública. Municípios Brasileiros.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v11i3.71604>

LEVEL OF PUBLIC TRANSPARENCY AND SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF BRAZILIAN MUNICIPALITIES

ABSTRACT

This study aimed to identify the relationship between socioeconomic characteristics and the level of public transparency practiced by Brazilian municipalities. Understand how this relationship occurs is important to understanding why some municipalities are more transparent than others, even under same national legislation. That said, used a Cluster Analysis technique to identify if groups of municipalities formed from their socioeconomic characteristics differed in the level of public transparency. The results pointed to the existence of 3 socioeconomic structures (clusters), which differ according to the average performance of the indicators used for agglutination. The chi-square test confirmed that there is a relationship of dependence between social, economic and fiscal conditions and the level of transparency of municipal public management, except for the municipalities in the northern region, which suggests the existence of other factors not included in this study.

Keywords: Socioeconomic characteristics. Public Transparency. Brazilian Municipalities

1 Introdução

No Brasil, esforços no sentido de introduzir uma efetiva transparência nos atos da Administração Pública têm sido empreendidos gradativamente. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi a precursora dessas iniciativas por privilegiar a prestação de contas dos gestores públicos, por meio dos planos plurianuais, das leis de diretrizes e das leis orçamentárias (Artigo 48, inciso II da CF/88), além de introduzir a publicidade como princípio constitucional (Artigo 37 da CF/88) e garantir a todo cidadão o direito à transparência pública (Artigo 5º, inciso XXXIII da CF/88).

Além do respaldo constitucional, o direito às informações governamentais é reforçado por outros dispositivos legais, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar nº 101/2000), alterada pela Lei da Transparência (Lei Complementar nº131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº12527/2011). Tais mecanismos caracterizam um ciclo de mudanças na relação entre cidadão e gestor público (Bairral, Silva & Alves, 2015) e são considerados mecanismos que apoiam a construção de um ambiente mais transparente, tendo em vista que reforça e exige a divulgação dos resultados da Administração Pública brasileira.

Nesse contexto, a popularização da internet tem viabilizado a divulgação em meio eletrônico de informações acerca da gestão fiscal por parte dos entes governamentais, principalmente relatórios financeiros, como um mecanismo de prestação de contas à sociedade, estimulando a accountability. Em decorrência disso, muitos estudos (Cruz, Silva & Santos, 2009; Ribeiro & Zuccolotto, 2014; Figueiredo & Gazoni, 2016; Michener, Contreras & Niskier, 2018; Silva & Bruni, 2019) têm emergido no intuito de compreender se e como os governos tem atuado em relação ao fornecimento de informações à sociedade e, por conseguinte, à observância das diretrizes legais da transparência.

Mesmo diante de grandes avanços no sentido de introduzir as práticas de transparência no setor público, como legislações, desenvolvimento de tecnologias de comunicação, dentre outros, Silva (2009) alerta que não existe razão para acreditar que o grau de transparência para os atores políticos alcançou o nível ideal do ponto de vista da sociedade, mesmo tendo a Constituição Federal de 1988 inserido a Publicidade como um dos princípios a serem seguidos pela Administração Pública. Cruz et al. (2009) avaliaram a transparência na divulgação de informações acerca da gestão fiscal nos portais eletrônicos dos maiores municípios do Rio de Janeiro e encontraram baixos níveis de transparência dos municípios analisados. Diversos outros estudos

abrangendo demais municípios brasileiros (Ribeiro & Zuccolotto, 2014; Comin, Ramos, Zucchi, Favretto & Fachi, 2016; Bernardo, Reis & Sedyama, 2017; Silva & Bruni, 2019) e mesmo estados (Zuccolotto & Teixeira, 2014; Sousa, Wright, Paulo & Monte, 2015) corroboram tais resultados, sinalizando, portanto, que a transparência pública efetivamente praticada não é igualitária entre os entes federativos.

Um problema fundamental na avaliação da transparência é que os contextos nos quais ela é construída variam consideravelmente (Meijer, T'Hart & Worthy, 2018). É possível que os distintos níveis de transparência pública existentes entre os municípios e estados brasileiros possam ser explicados pelas características locais desses contextos. Conforme Bairral et al. (2018), os níveis de transparência da informação governamental podem variar e podem estar associados a incentivos que estimulam ou inibem o gestor público a divulgar a informação.

Os incentivos que afetam e determinam o nível de divulgação das informações no setor público podem ser internos e/ou externos à cada ente federativo. Alt, Lassen e Rose (2006), por exemplo, atribuem as causas da transparência fiscal às pressões externas, sejam elas de caráter econômico ou social. Sousa et al., (2015), entendem que os determinantes da transparência pública estão relacionados às condições sociodemográficas, econômicas, políticas e fiscais, que por sua vez, são condicionantes do nível de desenvolvimento humano.

Se por um lado a transparência estimula o desenvolvimento social (Abreu, Gomes & Alfinito, 2015), por outro, as condições favoráveis de desenvolvimento local contribuem para o aumento da transparência pública, como salienta Piotrowski e Van Ryzin (2007). Compreender qual a relação entre as características socioeconômicas dos municípios e o seu nível de transparência é importante para entender os motivos que fazem com que alguns municípios sejam mais transparentes do que outros, mesmo subordinados a uma legislação de âmbito nacional. Posto isso, buscou-se com este estudo responder ao seguinte questionamento: qual a relação entre as características socioeconômicas, demográficas, fiscais e de gestão e o nível de transparência pública praticada pelos municípios brasileiros?

Alinhado à questão de pesquisa, o objetivo geral deste estudo é analisar se agrupamentos de municípios formados a partir de suas características socioeconômicas, demográficas, fiscais e de gestão se diferenciam quanto ao nível de Transparência Pública. Especificamente, pretende-se: classificar e caracterizar os municípios brasileiros de modo que se identifique estruturas socioeconômicas distintas; identificar os níveis de Transparência Pública; verificar a existência de diferenças entre os agrupamentos de municípios em relação ao nível de Transparência e identificar se existe relação de dependência entre as características dos municípios e o nível de transparência. Parte-se do pressuposto de que municípios com melhores condições socioeconômicas, demográficas e fiscais apresentem maiores níveis de transparência quando comparados a municípios com menores indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Espera-se que os agrupamentos sejam compostos por municípios com características semelhantes entre si e diferentes entre os demais agrupamentos. Dessa forma, pretende-se compreender se existem diferenças significativas capazes de caracterizar estruturas socioeconômicas díspares no contexto brasileiro. A criação desses agrupamentos e a identificação de diferentes estruturas socioeconômicas dos municípios brasileiros são importantes para o planejamento e avaliação da possibilidade de criação de políticas públicas voltadas à promoção da transparência pública conforme a realidade social de cada localidade.

2 Referencial Teórico

2.1 Transparência: Conceitos e Classificações

Conforme destaca Heald (2006), um aspecto importante a se considerar quando se estuda a transparência é a relação triangular que existe entre transparência, abertura e vigilância. Para Birkinshaw (2006) abertura e transparência são próximas em significado e ambas transmitem algo maior que acesso à informação

governamental. A abertura se associa ao processo que permite à sociedade acesso às atividades do governo, ao passo que a transparência vai além, pois considera tanto o processo de elaboração das políticas públicas, quanto a sua implementação, que devem ser conduzidas da forma mais aberta possível (Birkinshaw, 2006).

No que se refere à vigilância, a transparência pública pode auxiliar a sociedade a “vigiar” as ações dos governos, mas não assegura a responsabilização dos gestores públicos se outros mecanismos democráticos não existirem (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015). Cruz, Silva e Santos (2009) chamam a atenção para a associação entre a transparência e a responsabilização (accountability), tendo em vista que para responsabilizar o gestor público pelos atos cometidos na Administração Pública é imprescindível que estes sejam conhecidos pela sociedade.

Posto isso, a literatura aponta duas formas tradicionais de “tornar público” aos atos e as informações de interesse geral por parte da gestão pública: a transparência ativa e a transparência passiva. A transparência ativa diz respeito à proatividade dos órgãos públicos em disponibilizar informações consideradas de interesse público, para que quaisquer cidadãos interessados as consulte sempre que julgar necessário, sem a necessidade de uma requisição (Yazigi, 1999). Em contraponto, a transparência passiva ocorre quando o cidadão comum, ou pessoa jurídica, solicita informações à Administração Pública, desde que não se configure informação sigilosa (Yazigi, 1999). No Brasil, um exemplo recente desse modelo é a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Zuccolotto et al. 2015).

Silva e Bruni (2019) ressaltam que a classificação da transparência em ativa e passiva não é apenas didática, mas procedimental. Enquanto que na transparência ativa as informações são disponibilizadas por interesse do gestor público ou por imposição legal de dados obrigatórios, na transparência passiva é necessário que o ente público esteja preparado para responder a qualquer solicitação da população não sujeita a sigilo (Silva & Bruni, 2019). Trata-se portanto, de duas modalidades de promoção da transparência que não se excluem, pelo contrário, se complementam e devem necessariamente coexistir para assegurar a efetividade no fornecimento de informações à sociedade (Oliveira & Santos, 2017).

Heald (2006) classifica a transparência conforme seus custos e benefícios para o Estado, podendo assumir duas direções: vertical e horizontal. A transparência vertical pode ser para cima, que corresponde ao fornecimento de informações dos subordinados para seus superiores hierárquicos, ou numa visão de relação principal-agente, os agentes fornecem informações úteis para que o principal possa monitorá-los. Já a transparência vertical para baixo ocorre quando os governados podem observar e avaliar os resultados do comportamento de seus governantes.

Quanto à transparência horizontal, Heald (2006) destaca que ela é para fora, se o subordinado hierárquico conseguir observar o que acontece além da organização e para dentro, caso aqueles que estão fora da organização conseguirem observar o que ocorre em seu interior.

Segundo Zuccolotto et al. (2015), a transparência horizontal para fora é fundamental em Estados federativos, uma vez que uma unidade subnacional precisa acompanhar o movimento dos pares para dimensionar suas estratégias políticas, econômicas e orçamentárias. Já a transparência para dentro é relevante para legislações sobre liberdade de informação e possibilita os mecanismos de controle social por meio de legislações que determinam padrões de comportamento, como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante observar que a transparência para dentro traz consigo uma associação muito forte com vigilância, levando a uma discussão sobre os limites desse tipo de transparência para que não seja invasiva à privacidade do cidadão ou do governante (Zuccolotto et al., 2015).

2.2 Determinantes da Transparência Pública

Face à heterogeneidade apresentada pelos entes federativos brasileiros no tocante à aderência da legislação da transparência pública, muitas pesquisas nacionais tem se pautado em investigar os fatores que

explicam essas diferenças. Pela ótica da Teoria da Agência, tais fatores podem ser entendidos como incentivos, uma vez que influenciam na divulgação das informações governamentais (Bairral et al., 2015). Tais incentivos podem ser refletidos nas características locais dos entes federativos, as quais são levantadas nas pesquisas como variáveis explicativas da transparência governamental.

Zuccolotto e Teixeira (2014) apresentam as principais variáveis explicativas, endógenas e exógenas, em 4 grandes dimensões: variáveis sociodemográficas (população, idade, gênero, densidade demográfica e grau de urbanização); variáveis socioeconômicas (renda, educação, saúde e emprego); variáveis fiscais (receita, déficit, superávit e endividamento) e variáveis políticas (competição política e partidos políticos, abstenções e ideologia política). A partir dessa categorização é possível identificar estudos que utilizaram tais variáveis para explicar o nível de transparência pública, seja a transparência ativa (Sousa et al., 2015; Comin et al., 2016; Mota, Diniz & Santos, 2017) ou passiva (Oliveira & Santos, 2017; Silva & Bruni, 2019), a nível subnacional (Cruz et al., 2009; Cruz, Ferreira, Silva & Macedo, 2012; Ribeiro & Zuccolotto, 2014; Leite Filho, Colares & Andrade, 2015; Bernardo et al., 2017; Fiirst, Baldissera, Martins, Nascimento & Amabile, 2018; Brocco, Grando, Martins, Brunozi Junior & Corrêa, 2018) ou a nível país (Reis, Ferreira & Ferreira, 2015).

Sousa et al. (2015) pesquisaram os fatores determinantes dos níveis de Transparência Ativa do Governo nos estados brasileiros, a partir da utilização do Índice de Transparência (IT) divulgado pela organização Contas Abertas, para os anos de 2010 e 2012. Os resultados alcançados indicaram que as variáveis relacionadas a educação e renda foram significativas para explicar a transparência no ano de 2010. Em 2012 os fatores sociodemográficos, econômicos e políticos perderam seu poder determinante sobre o nível de transparência, o que pode sugerir uma possível evolução da regulação local. Já na análise consolidada, observou-se que a população e a urbanização exercem um efeito positivo no índice de transparência. Em direção oposta ao esperado, a variável receita orçamentária apresentou-se negativamente relacionada ao IT, contrariando os achados de Cruz et al. (2012), que identificou uma relação positiva entre o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) e a receita orçamentária e dinamismo municipal.

A pesquisa de Comin et al. (2016) teve como objetivo mensurar a Transparência Ativa dos municípios de Santa Catarina por meio do Índice de Atendimento à Lei de Acesso à Informação (IALAI), construído a partir de um check-list formulado com base nos artigos 5º, 8º, 9º, e 45º da lei. Os resultados evidenciaram que nenhum dos municípios atendia a todas as exigências da Lei de Acesso à Informação, ficando a média geral de conformidade em 69,43%. Além disso, ao verificar a relação do índice com as variáveis socioeconômicas (população, receita arrecadada, PIB e IDHM), constatou-se que apenas o IDHM apresentou uma correlação positiva com o IALAI. Tais achados se contrapõem ao estudo de Quintana, Jacques e Macagnan (2016), que apontam para uma associação positiva entre o PIB, população e a arrecadação com o nível de transparência pública.

Ao estudarem os maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, Cruz et al. (2009) verificaram que os municípios fluminenses apresentaram baixos níveis de transparência da gestão fiscal. Os autores constataram também uma relação direta entre a população e os indicadores socioeconômicos com o índice de transparência, sendo que os maiores municípios, com melhores condições socioeconômicas, apresentaram os maiores níveis de transparência da gestão fiscal eletrônica.

Leite Filho et al. (2015) pesquisaram a transparência dos maiores municípios de Minas Gerais. O objetivo do estudo foi verificar se tais municípios cumpriam as exigências da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) no que se refere à disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução financeira e orçamentária do município. Como resultados, destacam-se a heterogeneidade na evidenciação das informações, com considerável vulnerabilidade dos níveis de transparência da gestão pública, além da relação direta desta com o tamanho populacional do município e com o nível de desenvolvimento socioeconômico mensurado pelo IDHM. Nenhum dos 6 municípios analisados atingiram uma pontuação 100% no indicador de Transparência Orçamentária Municipal (TCM), indicando, portanto, que não atenderam a totalidade dos preceitos da LC 131/09, pois algumas informações estavam defasadas, não pormenorizadas, indisponíveis e de difícil localização e entendimento.

Oliveira e Santos (2017) investigaram o comportamento dos determinantes da transparência passiva, representada pela Escala Brasil Transparente (EBT), nos agrupamentos de municípios com características semelhantes. Utilizando uma amostra com municípios com menos de 50.000 habitantes, os resultados do estudo evidenciam que municípios com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, social e fiscal, além de diferentes características demográficas, fornecem transparência passiva em grau diferente para seus respectivos cidadãos. Os autores apontam que políticas públicas diferentes possam ser necessárias para promoção da transparência, conforme as características de cada município. Analisando a transparência passiva dos municípios brasileiros, Silva e Bruni (2019) também encontraram uma associação positiva entre a EBT e os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, mais especificamente a escolaridade, idade da população e receita per capita.

Bernardo et al. (2017) estimaram um modelo de regressão para dados de contagem a fim de verificar quais elementos condicionam o nível de transparência da administração pública de 66 municípios de médio e pequeno porte de Minas Gerais. A partir da construção do Indicador de Transparência Municipal (ITM) foi possível perceber que nenhum dos municípios cumpriu totalmente as determinações expostas na Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando que a gestão pública municipal ainda é incipiente na divulgação de informações à sociedade. Quanto aos condicionantes, observou-se que municípios com maior disponibilidade de recursos financeiros e altas taxas de alfabetização tendem a ser mais transparentes.

A partir da análise discriminante Ribeiro & Zuccolotto (2014) buscaram identificar quais fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam o Índice de Transparência Fiscal dos Municípios brasileiros. Identificaram que a transparência está mais relacionada à qualidade na gestão do recurso público do que à quantidade de recurso investido nas áreas sociais, visto que os indicadores sociais (IFDM- saúde, educação e emprego e renda) foram mais relevantes para explicar a transparência do que a arrecadação e investimentos em saúde e educação, embora municípios com maior nível de receita e gastos sociais tenham apresentado também maiores índices de transparência. Em estudo realizado com os municípios de maior porte populacional do estado do Rio Grande do Sul, Brocco et al. (2018) corroboram o resultado de que o IFDM é capaz de explicar o nível de transparência dos municípios, pelo pressuposto de que cidadãos com melhores condições de saúde, educação e boa empregabilidade, têm melhores condições de exercer o controle social sobre a gestão municipal.

O objetivo do trabalho de Mota et al. (2017) foi analisar de que forma a execução orçamentária (receitas e gastos) influencia a transparência ativa dos municípios da Paraíba. Para tanto, os autores adotaram como variável dependente o Índice de Transparência Fiscal Ativa (ITFA) e como variáveis explicativas as receitas de transferências intergovernamentais e próprias, os gastos com pessoal, educação e saúde dos municípios paraibanos. Os resultados obtidos sugerem que a estrutura orçamentária influencia a transparência municipal, visto que as receitas de transferências e os gastos com saúde apresentam uma relação negativa com o ITFA, ao passo que a receita própria e o gasto com pessoal indicam uma relação positiva com o respectivo índice. Fiirst et al. (2018) também apresentaram em sua pesquisa uma relação positiva entre a execução orçamentária corrente, a liquidez e os gastos com pessoal e o nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros.

O trabalho de Reis et al. (2015) também analisou quais fatores explicam a variação no nível de transparência pública em âmbito nacional, em diferentes países. Para verificar essa relação foram utilizados os métodos de correlação de Pearson e a Regressão Linear Múltipla, os quais evidenciaram que o nível de educação, a corrupção e a adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS) tem um poder de explicação conjunto de 63,8% das variações no nível de transparência dos países, o que reforça a necessidade de melhorias nessas áreas. Nessa mesma linha, Piotrowski e Van Ryzin (2007) asseveram que o nível educacional de uma localidade é preponderante na determinação da transparência pública.

Diante dos estudos apresentados, nota-se que há argumentos e evidências teóricas que sustentam a tese de que o atendimento da legislação referente à transparência dos entes públicos está relacionado às características locais desses entes, sejam elas político-institucionais, sociais, econômicas, contábeis ou fiscais. Dessa forma, a hipótese teórica que norteia o estudo é:

Hipótese Teórica: o nível de transparência dos municípios brasileiros depende de suas características socioeconômicas, demográficas, fiscais e de gestão.

3 Procedimentos Metodológicos

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva, dado seu caráter intencional de analisar se determinadas características dos municípios se relacionam com seu nível de Transparência Pública. Conforme Gil (2002), as pesquisas descritivas buscam descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, ou estabelecer relações entre variáveis, o que condiz com o objetivo traçado para esse trabalho. Além disso, a pesquisa adotada uma abordagem quantitativa, uma vez que adota ferramentas estatísticas para o tratamento dos dados e análise das informações.

Em virtude da diversificação das fontes de dados e atualização das informações por parte dos órgãos públicos, a amostra final desse estudo é composta por 4289 municípios, isto é, 77% do total (5570), sendo assim distribuídos conforme as regiões geográficas: 265 da Região Norte, 1219 da Região Nordeste, 333 da Região Centro Oeste, 1077 da Região Sul e 1395 da Região Sudeste.

Para mensurar a transparência pública, foi utilizado o Ranking Nacional da Transparência (RNT), do ano de 2016, emitido pela Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (MPF), que atribui notas de 0 a 10, sendo a nota 0 atribuída aos municípios que não cumpriram nenhum dos requisitos de transparência, e 10 para aqueles que cumpriram todos os requisitos. Quanto às características dos municípios apontadas como determinantes da Transparência Pública, foram consideradas as variáveis dispostas na Tabela 1.

Tabela 1: Variáveis utilizadas na formação dos Clusters

Dimensão	Sigla	Variável	Ano	Base Teórica	Fonte
Demográfica	POP	População	2016	Cruz <i>et al.</i> (2009); Sousa <i>et al.</i> (2015)	IBGE
	URB	Grau de urbanização	2010	Sousa <i>et al.</i> (2015); Reis <i>et al.</i> (2015).	IBGE
Econômica e Social	PIB	Produto Interno Bruto	2016	Cruz <i>et al.</i> (2012); Quintana <i>et al.</i> (2016); Reis <i>et al.</i> (2015);	IBGE
	IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	2010	Cruz <i>et al.</i> (2012); Reis <i>et al.</i> (2015); Leite Filho <i>et al.</i> (2015)	PNUD
	ANALF	Taxa de Analfabetismo	2010	Piotrowski e Van Ryzin (2007); Brocco <i>et al.</i> (2018)	IBGE
Capacidade Fiscal e de Gestão	IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal	2016	Bernardo <i>et al.</i> (2017); Fiirst <i>et al.</i> (2018).	FIRJAN
	IRFS	Índice de Responsabilidade Fiscal e Social	2010	Cruz <i>et al.</i> (2012);	CNM
	RTM	Receita Tributária Municipal	2016	Cruz <i>et al.</i> (2009); Cruz <i>et al.</i> (2012); Quintana <i>et al.</i> (2016); Mota <i>et al.</i> (2017); Brocco <i>et al.</i> (2018)	FINBRA

Fonte: Elaborado pelos autores

Na dimensão demográfica, a variável população é apoiada no pressuposto de que municípios mais populosos demandam uma comunicação digital mais eficiente, ao passo que em municípios menores a fluidez das informações, inclusive relacionadas a questionamentos dos cidadãos é maior (Arruda, 2016). Quanto ao grau de urbanização, que representa a razão entre a população residente em área urbana e a população total residente no município, multiplicada por 100, foi considerada sob a hipótese de que a população urbana tem

maior acesso à internet quando comparada à população rural, havendo assim uma maior oportunidade daquela na demanda por informações (Arruda, 2016).

A dimensão econômica e social engloba variáveis relacionadas ao crescimento econômico e às condições de vida da população, que refletem nos indicadores de desenvolvimento. Segundo Bellver e Kauffmann (2005) existe uma associação entre indicadores de desenvolvimento socioeconômico e humanos e a transparência governamental. Sendo assim, adotou-se como proxies para essa dimensão o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, além da taxa de analfabetismo, incluída para mensurar o nível educacional da região.

Já a dimensão capacidade fiscal e de gestão representa a responsabilidade do gestor público frente à administração dos recursos públicos, bem como à observância dos dispositivos legais que regulamentam a disponibilização de informações à sociedade (prestação de contas). Dessa forma, além dos Índice de Responsabilidade Fiscal e Social (IRFS) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), considerou-se também a Receita Tributária Municipal (RTM), por entender que quanto maior a capacidade de geração de receitas do município maior tende a ser a demanda da sociedade por informações públicas.

Para alcançar os objetivos propostos pelo estudo e testar a hipótese teórica assumida, adotou-se os seguintes procedimentos estatísticos, conforme Tabela 2:

Tabela 2: Delineamento Metodológico

	Objetivo	Técnica Estatística
Geral	Analisar se os agrupamentos de municípios formados a partir das características socioeconômicas, demográficas, fiscais e de gestão se diferenciam quanto ao nível de Transparência Pública	- Técnicas Multivariadas de Análise de Dados
	Classificar e caracterizar os municípios brasileiros com base em seu desempenho socioeconômico	- Formação dos grupos: Análise de <i>Cluster</i> -Validação dos grupos e comparação de médias: <ul style="list-style-type: none"> • Teste ANOVA Unidimensional • Teste de <i>Tukey</i>
Específicos	Identificar os níveis de Transparência Municipal	- Análise Exploratória dos Dados (AED) <ul style="list-style-type: none"> • Teste ANOVA Unidimensional
	Verificar a existência de diferenças entre os grupos de municípios em relação ao nível de Transparência	- Comparação de médias: <ul style="list-style-type: none"> • Teste ANOVA Unidimensional • Teste de <i>Tukey</i>
	Certificar se existe relação de dependência entre as características socioeconômicas dos municípios e o nível de Transparência	- <i>Cross Table</i> - Testes de Independência do Qui Quadrado

Fonte: Elaborado pelos autores

Para agrupar os municípios a partir das suas características (Tabela 1), foi utilizada a Análise de Conglomerados ou Clusters Analysis. Segundo Corrar, Paulo & Dias Filho (2009), a análise de Cluster é uma técnica utilizada para classificar uma amostra de indivíduos ou objetos em um número menor de agrupamentos mutuamente excludentes, tomando como base semelhanças e diferenças existentes entre as suas características. Dessa forma, o cluster resultante dessa classificação deve exibir um alto grau de homogeneidade interna (within-cluster) e alta heterogeneidade externa (between-cluster) (Corrar et al., 2009). Adotou-se a técnica hierárquica, a distância euclidiana como parâmetro de mensuração e o método de Ward como algoritmo aglomerativo, uma vez que se mostraram mais apropriados à amostra e às variáveis utilizadas.

Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009) salientam que para serem validados os grupos obtidos devem apresentar uma alta homogeneidade interna e alta heterogeneidade externa. Assim, uma vez formados os grupos (clusters), foram utilizados testes estatísticos para averiguar a diferença entre os agrupamentos. Primeiramente, efetuou-se à comparação de médias através do teste de Análise de Variância (ANOVA) para

verificar se os grupos formados eram realmente diferentes nos quesitos sob os quais foram agrupados (ver Tabela 1). Para os casos em que houve a confirmação da existência de pelo menos um cluster estatisticamente diferente dos demais, foi utilizado o teste de Tukey para identificar tais diferenças. Tal procedimento também foi aplicado para verificar se existe diferença entre os clusters quanto ao nível de transparência dos municípios, o qual foi obtido a partir da Análise Exploratória dos Dados (AED).

Para verificar se o nível de transparência dos municípios depende de suas características socioeconômicas, foi realizado o teste de independência do Qui-Quadrado, o qual utilizou uma tabela de contingência ou tabela cruzada (Cross Table) para cruzar e analisar os relacionamentos entre as variáveis.

4 Análise dos Dados

4.1 Caracterização e Análise dos Clusters

A aplicação da técnica de Clusters resultou na agregação dos 4289 municípios que compõem a amostra em 3 agrupamentos (Tabela 3), sendo 1474 (34,4%) no Cluster 1, 1314 (30,6%), no Cluster 2 e 1501 (35%), no Cluster 3, sendo portanto, este último o maior grupo constituído.

Tabela 3: Distribuição dos grupos de municípios (Clusters) segundo regiões do Brasil

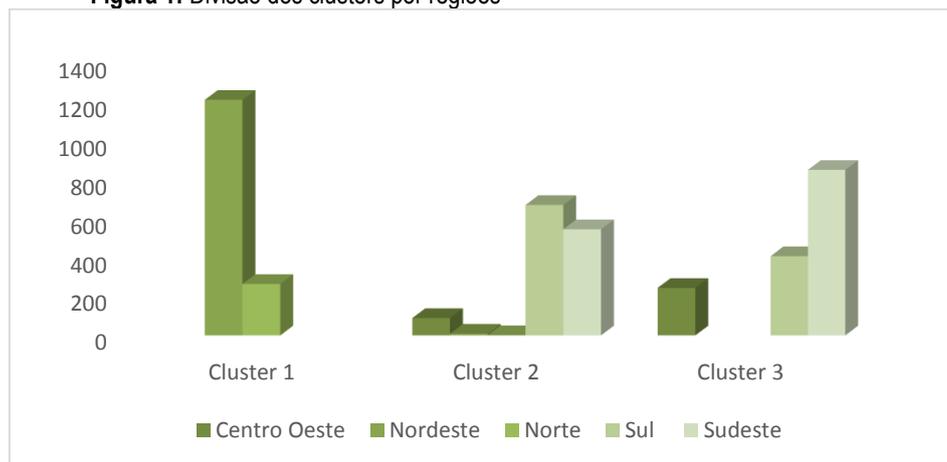
Região	Cluster 1	%	Cluster 2	%	Cluster 3	%	Total
Centro Oeste	-	-	89	2,08	244	5,69	333
Nordeste	1210	28,2	9	0,21	-	-	1219
Norte	264	6,16	1	0,02	-	-	265
Sudeste	-	-	545	12,7	850	19,82	1395
Sul	-	-	670	15,6	407	9,49	1077
Total	1474	34,4	1314	30,6	1501	35,0	4289

Fonte: Dados da pesquisa

Para validar os agrupamentos e garantir que estes sejam diferentes nos quesitos pelos quais foram agrupados, realizou-se uma sequência de testes ANOVA que corroboraram a diferença intergrupar a um nível de significância de 5%, indicando, portanto que existe pelo menos um cluster diferente dos demais. Ainda, para garantir a diferença intergrupar, foi realizado uma seção de comparação múltipla, a partir da aplicação do teste Tukey HSD, o qual comprovou, a um nível de significância de 5% ($p\text{-value}=0.000$) que todas as variáveis assumem um padrão de comportamento diferente dentro de cada cluster formado, exceto as variáveis POP, PIB e RTM que não foram significativas para diferenciar os clusters 1 e 3. Dessa forma, os agrupamentos foram validados a partir da existência de três estruturas socioeconômicas distintas entre os municípios brasileiros analisados.

Na Figura 1 é possível observar a formação dos clusters a partir da localização geográficos dos municípios que os compõem.

Figura 1: Divisão dos clusters por regiões



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que o cluster 1 é composto em sua maioria por municípios do Nordeste (28,2%) e Norte (6,16%), não apresentando municípios das demais regiões geográficas do país. O cluster 2 é o único agrupamento que possui municípios de todas as regiões brasileiras, sendo a região Sul (15,6%) e Sudeste (12,7%) as mais representadas numericamente. Já no cluster 3 observa-se municípios da região Centro Oeste (5,69%), Sul (9,49%) e Sudeste (19,82%) do país.

Para caracterizar os municípios agrupados em cada cluster, procedeu-se à Análise Exploratória dos Dados (AED), cujos resultados encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4: Estatísticas Descritivas das variáveis nos clusters formados

Variáveis	Estatísticas	Grupos formados		
		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
POP	Média	27846,73	73227,58	21226,62
	Desvio padrão	50717,79	427013,60	35904,52
	Coef. de Variação	182,13%	583,13%	169,15%
IFGF	Média	0.4108	0.5492	0.4511
	Desvio padrão	0.1281	0.0928	0.1121
	Coef. de Variação	31,18%	16,89%	24,5%
IDHM	Média	0.5981	0.7288	0.6843
	Desvio padrão	0.0459	0.0369	0.0489
	Coef. de Variação	7,67%	5,07%	7,15%
PIB	Média	R\$ 369.733,19	R\$ 2.701.849,72	R\$ 538.146,82
	Desvio padrão	R\$ 1.132.375,06	R\$ 20.364.900,33	R\$ 1.231.760,39
	Coef. de Variação	306,27%	753,73%	228,89%
RTM	Média	R\$ 17.140.056,05	R\$ 518.900.789,45	R\$ 32.529.724,96
	Desvio padrão	R\$ 88.579.456,82	R\$ 6.589.219.045,85	R\$ 125.627.627,91
	Coef. de Variação	516,79%	1269,8%	386,19%
IRFS	Média	0.4507	0.5217	0.4792
	Desvio padrão	0.0388	0.0316	0.0361
	Coef. de Variação	8,60%	6,05%	7,54%
URB	Média	73,20	88,43	90,10
	Desvio padrão	0,15	4,06	3,48
	Coef. de Variação	0,21%	4,60%	3,87%
ANALF	Média	25,33	7,19	12,00
	Desvio padrão	7,71	3,14	5,57
	Coef. de Variação	30,45%	43,57%	46,39%

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao padrão de comportamento das variáveis que compõe os agrupamentos, pode-se inferir que o cluster 1 foi o que apresentou o pior desempenho em relação a essas variáveis. Esse grupo é formado por municípios com baixo nível de desenvolvimento (IDHM= 0.5981), menores indicadores de gestão (IFGF=0.4108) e de desempenho fiscal e social (IRFS=0.4507), além das maiores taxas de analfabetismo, 25,33. Logo, o cluster 1 pode ser caracterizado como municípios de desempenho BAIXO nos indicadores sociodemográficos, econômicos, fiscais e de gestão.

O cluster 2 apresentou as maiores médias para todas as variáveis utilizadas para classificar e caracterizar os municípios brasileiros, exceto para as variáveis URB e ANALF. Os municípios deste cluster se destacam por apresentarem um desempenho ALTO nos indicadores socioeconômicos, fiscais e de gestão, como indica a média de 0.7288 para o IDHM, proxy para o desenvolvimento municipal. O PIB médio de R\$ 2.701.849,72 e a RTM média de R\$ 518.900.789,45 também sugerem um alto dinamismo econômico entre estes municípios, com capacidade de arrecadação de recursos aos cofres públicos 30 vezes maior que a média observada para o cluster 1. O IFGF também sugere que estes são os municípios com melhor gestão dos recursos públicos, uma vez que contemplam os maiores índices (0.5492), além da baixa variação entre os municípios quanto ao comportamento dessa variável em relação aos demais agrupamentos, conforme o coeficiente de variação de 16,89%.

O cluster 3 pode ser caracterizado como um agrupamento de municípios com MÉDIO desempenho social, econômico e fiscal, dado que os valores para as variáveis que o constitui segue um padrão médio de comportamento, comparado aos demais agrupamentos (clusters 1 e 2).

Assim, observa-se que os agrupamentos formados de acordo com o desempenho relacionado às variáveis analisadas foram classificados de acordo com a gradação deste desempenho em Baixo (cluster 1), Médio (cluster 3) e Alto (cluster 2), corroborando a tese de que existem estruturas socioeconômicas distintas no contexto brasileiro. Lima e Simões (2009), explicam que o processo de desenvolvimento socioeconômico não se configura de maneira homogênea no país, sendo as áreas mais dinâmicas economicamente e com maior potencial de desenvolvimento as mais beneficiadas. Dessa forma, cabe verificar se o comportamento da Transparência pública segue essa mesma dinâmica (Tabela 5).

Tabela 5: Comportamento da Transparência nos clusters formados

Variáveis	Estatísticas	Grupos formados		
		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
RNT	Média	4.60	6.67	5.25
	Desvio padrão	2.69	2.45	2.66
	Coef. de Variação	58,48%	36,73%	50,67%
	Mínimo	0.00	0.00	0.00
	Máximo	10.00	10.00	10.00

Fonte: Dados da pesquisa

É evidente que os municípios que compõem o cluster 2, considerado de alto desempenho socioeconômico e fiscal, são também aqueles que apresentaram maiores indicadores de transparência pública, visto que a média para a variável RNT foi maior neste agrupamento (6.67). Logo, os resultados sugerem que os municípios mais desenvolvidos apresentam melhores condições (econômicas, sociais, fiscais, demográficas e de gestão) para atenderem às exigências legais da transparência de informações governamentais, como constatado por Cruz et al., (2012), Ribeiro e Zuccolotto (2014), Bernardo et al. (2017).

4.2 Determinação dos níveis de transparência dos municípios

Para determinar os níveis de transparência pública, utilizou-se a média e o desvio padrão apresentados pela variável RNT, cujos critérios de classificação e descrição dos estratos formados (níveis) estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Critérios de classificação dos municípios em relação ao nível de transparência.

Critério		Escore	Nível de Transparência
Média = 5.46	Desvio Padrão= 2.74		
Inferior à Média (1 desvio-padrão abaixo)		$E \leq 2,72$	Baixo
Média (+/- 1 desvio-padrão)		$2,72 < E \leq 8,2$	Médio
Superior à Média (1 desvio-padrão acima)		$E > 8,2$	Alto

Fonte: Dados da pesquisa

A definição dos níveis de transparência, e por conseguinte, a estratificação dos municípios em relação a eles levou em consideração a dispersão dos dados em relação à variável RNT, sendo que os municípios que apresentaram valor inferior à média mais um desvio padrão classificados como baixo nível de transparência, acima da média mais um desvio padrão, considerados altamente transparentes e de transparência média, os demais municípios. A partir da definição dos níveis de transparência foi possível classificar os municípios em relação ao seu desempenho quanto a transparência pública, destacando os resultados também por regiões (Tabela 7). Cabe destacar que o teste ANOVA garantiu que as diferenças entre os níveis de transparência são estatisticamente significativas, para um nível de significância de 5%.

Tabela 7: Distribuição dos níveis de transparência segundo regiões do Brasil.

Região	Baixa	%	Média	%	Alta	%	Total
Centro Oeste	54	1,26	232	5,41	47	1,09	333
Nordeste	315	7,34	802	18,70	102	2,38	1219
Norte	63	1,47	167	3,89	35	0,82	265
Sudeste	300	6,99	966	22,52	129	3,01	1395
Sul	61	1,42	594	13,85	422	9,84	1077
Total	793	18,49	2761	64,37	735	17,14	4289

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se uma heterogeneidade em relação aos níveis de transparência municipal, visto que em todos os 3 níveis (baixo, médio e alto), existem municípios de todas as regiões geográficas do país. Esse resultado corrobora o que Zuccolotto (2014) constatou, que embora a legislação que versa sobre a divulgação de informações governamentais ser de âmbito nacional, ainda há municípios que não se adequaram totalmente à legislação, resultando em níveis diferenciados de transparência da gestão pública.

Para compreender de que modo as características locais estão associadas ao nível de transparência dos municípios, faz-se necessário verificar qual o comportamento das variáveis socioeconômicas dentro de cada nível de transparência (Tabela 8).

Tabela 8: Comportamento das variáveis socioeconômicas, fiscais e de gestão em relação aos níveis de transparência.

Média das Variáveis	Níveis de Transparência Pública (RNT)		
	Baixa	Média	Alta
POP	19845	32182	87806
IFGF	0,4381	0,4629	0,5153
IDHM	0,6333	0,6687	0,7049
PIB	R\$ 370.873,19	R\$ 856.365,94	R\$ 3.053.669,17
RTM	R\$ 49.704.303,52	R\$ 104.600.708,2	R\$ 581.917.182,3

IRFS	0,4689	0,4829	0,4951
URB	82,63	83,94	84,40
ANALF	19,26	15,28	9,98

Fonte: Dados da pesquisa

Novamente os resultados evidenciam que os níveis de transparência pública dos governos municipais brasileiros seguem um padrão semelhante ao seu nível de desenvolvimento social. Como se observa na Tabela 8, os municípios considerados altamente transparentes possuem os maiores indicadores quando comparado aos demais níveis, com destaque para a variável ANALF, que apresentou a menor média (9,98). De modo análogo, tem-se que a baixa transparência municipal está associada a menores índices de gestão, bem como piores condições econômicas, sociais e fiscais, além de estar associada à baixa escolaridade da população.

Sobre a educação, Piotrowski e Van Ryzin (2007) constataram que este é um fator relevante que pode influenciar consideravelmente a transparência pública, visto que quanto menor a taxa de analfabetismo, mais esclarecida tende a ser a população e maior a capacidade de cobrança e controle social em relação à divulgação das ações dos governos.

De modo geral o comportamento acima identificado apresentou consonância com as expectativas teóricas que associam uma gestão pública mais transparente ao grau de desenvolvimento social da localidade (Quintana et al., 2016; Leite Filho et al., 2015). Quintana et al. (2016) também perceberam que a população, o PIB e a receita arrecadada são variáveis que, se analisadas em conjunto, servem para definir grupos de municípios que apresentam situações similares em relação à transparência.

4.3 Relação de dependência entre as características socioeconômicas dos municípios e o nível de Transparência

Após verificar que os municípios com maior contingente populacional, melhores indicadores socioeconômicos, fiscais e de gestão são também aqueles que apresentaram maior nível de transparência das contas públicas, buscou-se, a partir de análises estatísticas, verificar se essa relação entre ambos fenômenos (desenvolvimento socioeconômico e transparência) são significativas. Para tanto, foi construída uma tabela cruzada (cross table), a fim de agrupar e analisar, simultaneamente, os municípios brasileiros a partir do seu nível de transparência, e das suas características locais. A Tabela 9 mostra o resultado dessa distribuição comparativa.

Tabela 9: Relação entre as características locais e o nível de transparência pública

Níveis Transparência		Condições Sociodemográficas, econômicas, fiscais e de gestão			Total
		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	
Baixo	Observado	378	116	299	793
	Esperado	272	243	277	
Médio	Observado	964	798	999	2761
	Esperado	949	846	966	
Alto	Observado	132	400	203	735
	Esperado	256	225	257	
Total		1474	1314	1501	4289

Fonte: Dados da pesquisa

Ao comparar a distribuição dos municípios em relação às características locais e o nível de transparência pública, observa-se que a formação dos grupos é diferente, como apresentado na Tabela 9. O maior agrupamento formado, considerando os dois critérios de classificação, reuniu 999 municípios, 23,3% do total, que apresentaram médios valores para o RNT e moderado desenvolvimento socioeconômico. De modo

geral, observa-se que 378 municípios brasileiros apresentaram os piores indicadores socioeconômicos e também baixos níveis de transparência, ao passo que apenas 400 apresentaram altos indicadores de transparência associados a melhores níveis de desenvolvimento.

Além disso, percebe-se também que 132 municípios foram considerados altamente transparentes, mesmo tendo condições socioeconômicas e fiscais relativamente baixas (cluster 1). Logo, a disposição dos gestores públicos em divulgar informações que possibilitem à sociedade o controle de suas ações envolve, também, outros fatores não incluídos neste estudo, como aspectos políticos (polarização política, competição política, dentre outras).

Os resultados do teste Qui-Quadrado (Tabela 10) levam à rejeição da hipótese nula (p valor=0.000), indicando portanto que existe uma relação de dependência entre o nível de transparência da gestão pública e os indicadores econômicos, sociais e de gestão dos municípios brasileiros, confirmando portanto a hipótese teórica assumida no estudo.

Tabela 10: Resultados do Teste Qui Quadrado

Teste utilizado	Região	Valor	Graus de Liberdade	Significância
Qui- Quadrado de Pearson	Geral	317,607	4	0,000
	Centro- Oeste	7,453	2	0,024
	Norte	0,589	2	0,745
	Nordeste	27,099	2	0,000
	Sudeste	51,764	2	0,000
	Sul	25,405	2	0,000

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, quando se faz essa análise desagregada, nota-se que a relação de dependência não se confirma para os municípios situados na região Norte do país, sugerindo portanto que existem outros fatores relacionados à transparência das informações governamentais.

5 Considerações finais

O presente estudo buscou analisar se os agrupamentos de municípios formados a partir de suas características socioeconômicas, demográficas, fiscais e de gestão se diferenciam quanto ao nível de Transparência Pública. Para tanto, a técnica de Cluster apontou para a existência de 3 estruturas socioeconômicas distintas no contexto brasileiro, as quais se diferenciam principalmente em relação ao nível de transparência praticado pelos governos.

Observou-se que o agrupamento de municípios com melhores indicadores socioeconômicos, fiscais e de gestão (cluster 2) foi também o que apresentou a maior média para a transparência pública, mensurada pelo RNT, sugerindo uma relação entre tais características. Para averiguar a significância estatística dessa relação, procedeu-se à aplicação do teste Qui-quadrado, o qual confirmou a relação de dependência entre as características econômicas, sociais, fiscais e de gestão com o grau de aderência das leis de transparência pública, confirmando portanto a hipótese levantada neste estudo e apontada por outras pesquisas nacionais e internacionais.

No entanto, observou-se também que mesmo apresentando condições de oferecer melhores níveis de informações à sociedade, existem municípios que não o fazem, demonstrando baixos índices de transparência. Essa constatação sugere que outros fatores são primordiais na análise da transparência no contexto brasileiro,

tais como os aspectos políticos e a participação da sociedade, e portanto novos estudos sobre o assunto podem ser desenvolvidos para verificar a aderência com os achados desta pesquisa.

A principal limitação desse estudo reside no fato de se tratar de um estudo de corte transversal, ou seja, analisa-se apenas um ano. Caso existam proxies para a transparência para mais de um ano seria possível um estudo longitudinal a fim de comparar se houve melhorias nos indicadores públicos. Além disso, a medida de transparência aqui utilizada não é a mesma de todos os estudos já realizados, o que implica resultados distintos quando comparado a estudos anteriores. Contudo, mesmo com tais limitações, o estudo avança em relação aos já publicados sobre o assunto, sobretudo por propor uma análise diferenciada quanto ao estudo dos determinantes da transparência, que em sua maioria fazem uso de técnicas de regressão. Também contribui com a literatura, e sobretudo com a sociedade, por permitir uma visão mais desagregada do contexto nacional, identificando as características locais que se relacionam à aderência das leis de transparência e necessárias à Administração Pública no empreendimento de políticas de acesso à informação mais condizentes com a realidade social.

Referências

- Abreu, W. M., Gomes, R. C., & Alfinito, S. (2015). Transparência Fiscal Explica Desenvolvimento Social nos Estados Brasileiros? *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(2).
- Arruda, C. E. G. (2016). *TRANSPARÊNCIA SUBNACIONAL: um estudo das variáveis determinantes para o atendimento da lei de acesso à informação nos municípios brasileiros*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, SP, Brasil.
- Bairral, M. A. C., Silva, A. H. C., & Alves, F. J. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 642-675.
- Bellver, A., & Kaufmann, D. (2005). Transparenting transparency: Initial empirics and policy applications. *World Bank Policy Research Working Paper*, [S.l.], 1-72.
- Bernardo, J. S., Reis, A. O., & Sedyama, G. A. S. (2017). Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. *Revista Ciências Administrativas*, 23(2), 277-292.
- Birkinshaw, P. (2006). Freedom of information and openness: fundamental human rights. *Administrative Law Review*, 58 (1), 177-218.
- Brocco, C., Grando, T., Martins, V. Q., Brunozi Junior, A. C., & Corrêa, S. (2018). Transparência da gestão pública municipal: Fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do rio grande do sul. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 139-159.
- Comin, D., Ramos, F. M., Zucchi, C., Favretto, J., & Fachi, C. C. P. (2016). A transparência ativa nos municípios de Santa Catarina: avaliação do índice de atendimento à lei de acesso à informação e suas determinantes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(46), 24-34.
- Corrar, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. (2009). *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12 (3), 102-115.
- Cruz, C. F.; Ferreira, A. C. S.; Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2012) Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*. 46(1), 153-176.
- Fiiirst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., Nascimento, A., & Amabile, S. (2018). A Influência dos Índices Socioeconômicos e Contábeis no nível de Transparência Eletrônica dos Estados Brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 272-281.
- Figueiredo, V. S., & Gazoni, R. L. (2016). Transparência nos sites dos municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 8(2), p. 130-143.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Heald, D. (2006). Varieties of transparency. In: HOOD, C.; HEALD, D. (Eds.). *Transparency. The key to better governance*. New York: Oxford University Press, 25-43.
- Leite Filho, G. A., Colares, A. F. V., & Andrade, I. C. F. (2015). Transparência da Gestão Fiscal Pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 114-136.
- Lima, A. C. C., & Simões, R. F. (2009). Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. *Texto para discussão, nº 358*, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil.
- Meijer, A., 't Hart, P., & Worthy, B. (2018). Assessing government transparency: an interpretive framework. *Administration & Society*, 50(4), 501-526.
- Michener, G.; Contreras, E., & Niskier, I. (2018). Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração Pública*, 52(4), p. 610-629.
- Mota, B. F., Diniz, J. A., & Santos, L. C. (2017). A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(2), 293-313.
- Oliveira, A. C., & Santos, N. A. (2017, junho). *Transparência Passiva nos pequenos municípios brasileiros*. XI Congresso Anpcont, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Piotrowski, S. J., & Van Ryzin, G. G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, 37(3), 306-323.
- Quintana, A. C., Jacques, F. V. S., & Macagnan, C. L. B. (2016). Transparency in Municipalities in the Southern Region of Brazil. *Journal of Public Administration and Governance*, 6 (3), 12-30.
- Reis, A. O., Ferreira, M. A. M., & Ferreira, M. A. S. (2015, junho). *Análise dos Fatores Determinantes da Transparência Orçamentária Pública em Nível Nacional*. XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil.
- Ribeiro, C. P., & Zuccolotto, R. (2014). A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(1), 37-52.
- Silva, A. O., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis sócio econômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 415-431.
- Sousa, R. G. D., Wright, G. A., Paulo, E., & Monte, P. A. D. (2015). A janela que se abre: Um estudo empírico dos determinantes da transparência ativa nos governos dos estados brasileiros. *Revista Ambiente Contábil*, 7(1), 176-195.
- Yazigi, A. F. (1999) Dinero, política y transparencia: el imperativo democrático de combatir lá corrupción. In: 9th International Anti-Corruption Conference (IACC), 10-15.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242-254.
- Zuccolotto, R.; Teixeira, M. A. C.; Riccio, E. L. (2015). Transparência - Reposicionando o Debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137-158.

DADOS DOS AUTORES

Michelle Aparecida Vieira

Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFU

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica.

CEP: 38400-902 – Uberlândia/MG – Brasil.

E-mail: michellevieiracco@ygmail.com

Telefone: (34) 3239-4176

Lucimar Antônio Cabral de Ávila

Doutor em Administração de Empresas pela UFU

Professor do departamento de Ciências Contábeis - UFU

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica.

CEP: 38400-902 – Uberlândia/MG – Brasil.

Email: lcavila@ufu.br

Telefone: (34) 3239-4176

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Michelle Aparecida Vieira	Lucimar Antônio Cabral de Ávila
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa		x
2. Definição do problema de pesquisa	x	x
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	x	
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	X	
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	X	x
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	X	
7. Processo de coleta de dados	X	x
8. Análises estatísticas	X	
9. Análises e interpretações dos dados coletados	x	
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	x	
11. Revisão crítica do manuscrito		x
12. Redação do manuscrito	x	